



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

ATA Nº 8/2024**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2024**

Aos dezasseis dias do mês de abril de 2024, na sala das sessões dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal sob a presidência do Presidente da Câmara Municipal, Domingos Manuel Marques Silva, com a presença dos Vereadores, Ana Isabel Tavares Cunha, Alcides Cardoso Alves, Alexandre Valente Rosas Caetano, António Carlos Silva Monteiro Bebiano, Vera Alice Correia Resende, Márcia Celeste Valinho Dias Gonçalves, Rúben Américo Jorge Ferreira e Vitor Manuel Soares de Oliveira. -----

Achava-se igualmente presente Susana Cristina Teixeira Pinto, Diretora do Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro, coadjuvada por Mário Rui Almeida Barata, ao abrigo da deliberação proferida pela Câmara Municipal em 04 de abril de 2024, relativa à elaboração das atas das reuniões do órgão, e do despacho de coadjuvação emanado pela Diretora de Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro. -----

Às 09:45 horas o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou a reunião, relevando a reunião efetuada com a Infraestruturas de Portugal IP, na qual foram abordadas questões relativas às passagens desniveladas para peões, previstas no projeto de requalificação da Linha do Norte, assim como outros aspetos do referido projeto. -----

Relevou, ainda, a reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Ovar, na qual se tratou da atualização do Plano Municipal de Proteção das Florestas. -----

Destacou, ainda, a consignação da empreitada de Reabilitação/Reestruturação dos edifícios da Avenida D. Maria II, em Ovar, projeto integrado na Estratégia Local de Habitação. -----

Realçou a participação do senhor Vice-Presidente no 3º Encontro da Rede das Estações Náuticas de Portugal, integrando o grupo de trabalho das Estações Náuticas da Ria de Aveiro, com os Municípios de Estarreja, Murtosa, Aveiro, Vagos e Ílhavo. -----

Na área cultural, destacou o início de mais uma edição do Ovar em Jazz, no próximo dia 17, que incluiu na sua programação concertos, oficinas, conversas e momentos de partilha, num evento que afirma o concelho de Ovar como um dos palcos nacionais de excelência do Jazz. -----

Informou, ainda, do programa previsto para as comemorações do 50º aniversário do 25 de Abril, cujo programa alargado, que engloba diversas iniciativas, das quais destacou a projeção de um filme que aborda a revolução de uma forma diferente, retratando a morte das 5 pessoas que morreram no dia da revolução. -----

Por fim, destacou o facto de, recentemente, terem sido proferidas pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, três sentenças em processos judiciais em curso, todas elas favoráveis ao Município, e nas quais o referido tribunal considerou que o Júri dos



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

procedimentos concursais tomou a decisão de acordo com a lei e que os despachos de adjudicação cumpriram as disposições legais aplicáveis. -----

Nesse sentido, relevou a competência demonstrada pelo Júri dos procedimentos em causa, assim como o trabalho desenvolvido pelos serviços municipais e pelo mandatário do Município, sendo que, os resultados obtidos nas ações judiciais intentadas contra o Município, têm sido, em regra, favoráveis a este. -----

O senhor vereador Alexandre Rosas salientou que a Rede das Estações Náuticas integra 38 estações náuticas de todo o país, sendo que no respetivo encontro, que contou com a presença do senhor Secretário de Estado do Turismo, foram abordados vários assuntos de interesse comum, nomeadamente, sobre o conceito subjacente às mesmas. -----

O senhor Vereador Alcides Alves, depois de saudar o Presidente da Câmara Municipal, os colegas da Vereação, os Dirigentes Municipais e o público presente, iniciou a sua intervenção referindo que o 25 de abril era, para ele, uma data muito estimada, pelo seu significado para o país e por constituir, para si, uma vivência cívica e política únicas, uma vez que teve a oportunidade de a ter vivido na plenitude, pelo que os 50 anos da Revolução dos Cravos, era merecedora da sua estima e consideração. Neste propósito, pediu aos presentes algum tempo para poder ler o texto que tinha redigido para essa efeméride, texto que se reproduz: -----

“SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

50 anos do 25 de abril: -----

Permitam-me, os presentes, que vos roube algum tempo para vos ler um texto que redigi, como homenagem à revolução de abril e aos que a tornaram possível. Permitam-me, por isso que que comece esta minha intervenção prestando aos Homens de abril a minha homenagem pública, tanto mais que são decorridos 50 anos da Revolução de abril, revolução, que no dizer de Jean-Paul Sartre, foi o acontecimento mais surpreendente e comovente destes últimos anos. 50 anos de liberdade e democracia de que o poder autárquico é um dos principais beneficiários, com as primeiras eleições livres e democráticas do nosso país. Prestar homenagem ao 25 de abril é prestar homenagem aos que tinham a liberdade do homem como um destino. Aos que viram a revolta como forma de existência, fazendo com que abril se cumprisse. Aos que nasceram povo e povo queriam morrer. Aos que pensaram as circunstâncias e fizeram os acontecimentos. Aos que tinham uma humanidade do tamanho do seu país. Aos que queriam ser de uma pátria onde morasse a liberdade e onde houvesse sempre uma janela aberta ao verde onde crescesse a esperança. Aos que fizeram a história, mas não se quiseram confundir com ela, como foi o caso de Salgueiro Maia, o herói que não se rendeu, que tudo deu sem nada querer receber e, acima de tudo, aquele que, no dizer de Sophia Mello Breyner, foi fiel à palavra dada e à ideia tida e que na hora da ganância, perdeu o apetite e que mesmo morto, prolonga na sepultura a razão por que viveu. Em suma, aos que mesmo na “noite mais triste e em tempo de servidão”, souberam resistir e dizer não e que, por isso, foram mais portugueses porque foram pelos portugueses. E, porque abril também é um exercício de memória, dos tempos de servidão, relembrar, aos que o viveram, mas que por motivos vários, o esqueceram, e fundamentalmente, como exercício pedagógico, aos que o não viveram, como é o caso de alguns aqui presentes, o Portugal pele e osso de uma sardinha para dois; o formigueiro de pobres que Portugal era; o lápis azul da censura;

**CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR**

os tribunais plenários; o medo como o oxigénio da respiração nacional; a guerra em África; o analfabetismo e o obscurantismo e, com mais propriedade, pelas marcas que deixou, a máquina de tortura e morte que era a PIDE/DGS. O Portugal orgulhosamente só e o famigerado, “pobrete, mas alegrete” o “beber vinho é dar de comer a 1M de portugueses”, o “pater- famílias”, o serão para trabalhadores e os autarcas nomeados e não eleitos e o Portugal tão lindo e Portugal tão belo, metade, era do Jorge de Brito, metade, era do Jorge de Melo. Em suma, o Portugal suicidado do poeta. Mas, abril também é os que preocupados com o seu presente comprometem o futuro (dos demais), futuro em nome do qual outros lutaram e muitos morreram sem ver “a cor da liberdade”. Os tartufos, os democratas postiços, que “pomposamente” o celebram hoje com malabarismos verbais, numa ladainha cansativa de realejo e com a mesma alegria com que “cortavam fitas no passado” e, bovinamente, embebecidos, ouviam o seu chefe, com o ar mais intelectual do mundo, afirmar: “é a primeira vez que cá estou, depois da última vez que cá estive”. Os que não sabem, nem querem saber, o seu verdadeiro significado e para quem abril já prescreveu, os mesmos que, em nome do “sacrifício pátrio”, aceitaram cristãmente, as benesses e sinecuras que abril lhes proporcionou e, ao mesmo tempo, negaram direitos a quem o fez acontecer. 50 anos de abril que, reconheço, têm avinagrado o coração da esperança de muitos e se tem tornado, cada vez mais, uma utopia para cada vez mais portugueses e portuguesas, que viram a revolução dos cravos, por força de uma sobrecarga fiscal, transformada na revolução dos “cravas” e que, por isso, veem, hoje, nos “Salvadores” da pátria o único refúgio, muito por culpa de grande parte daqueles governantes, que do 25 abril só conhecem o 24 e que, embrulhados num diploma tirado nas mais caras universidades estrangeiro, mas de entendimento torcido, nos dão, com a mesma naturalidade com que a macieira dá maçãs, diariamente, traições, desastres, desilusões e degradação, num abastardamento da essência de abril, anormalidades que nos fazem perder a fé na normalidade. 50 anos de democracia. Democracia que se, por um lado, gradualmente, se tem transformado num protocolo sem conteúdo de igualdade, justiça e solidariedade, por outro, não pode temer o futuro, muito por acreditar no caminhar da história, que nos liberta da angústia do dia de amanhã que tempos de incerteza fomentam. E, acima de tudo, 50 anos de liberdade. Liberdade que não se reivindica, pratica-se, sendo a ausência dessa prática o motivo que faz com que cada vez mais se instalem, comodamente, nos cadeirões do poder, aqueles que da liberdade e da democracia querem distância. Liberdade que só é valorizada quando se deixa de ter e que, nos últimos anos, foram milhares os que se viram obrigados a prescindir dela, (não há liberdade pessoal sem liberdade económica) na sequência de políticas que, com argumentos ao sabor das circunstâncias justificados, reduzem essa mesma liberdade, amputando-a de direitos e garantias, dando aos fanáticos que, com o seu sentido de uniformidade não toleram a diversidade, ocasião para “democraticamente” se imporem. Liberdade que não é mais do que uma oportunidade para sermos melhores e que só se torna possibilidade se lutarmos, constantemente, por ela, principalmente numa altura em que muitos (demasiados para o meu gosto) a tentam sufocar, dando a entender que os portugueses já estão cansados dela, na lógica salazarista de que “se soubesses o que custa mandar, obedecerias toda a vida”. Liberdade defendida com discursos, mas atacada com “metralhadoras” e que tem como preço, a permanente vigilância, e que depois de



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

perdida se nos pode deixar um país, não nos legará, certamente, uma pátria. E é este país que não queremos, macambúzio, triste e apagado, que teima em não acreditar em si próprio que prefere os que lhe mentem aos que, embora dura, lhe digam a verdade. 50 anos depois aqui estamos, cruxificados entre o desânimo e a esperança, com o passado e o futuro em cada mão, sem que os possamos atar, tal é a incerteza dos tempos que vivemos. Mas, porque é um projeto de futuro – é sempre comparar o relativo que se realizou com o absoluto que se quer realizar – o 25 de abril não pode ser esquecido na escrita ou na reescrita da História, mesmo que tenhamos que remendar as ilusões criadas, pois esta revolução – o acontecimento mais surpreendente e comovente destes últimos anos, no dizer de Jean-Paul Sartre – vai, enquanto, coletivamente, quisermos, continuar a colorir o futuro, como tempo resistente, pois, todos nós, somos e seremos, a memória que temos e a responsabilidade que assumimos.” -----

“Pedindo desculpa pelo tempo roubado, mas justificado, continuou a sua intervenção, neste PAOD, felicitando o Presidente da Câmara pelo passo dado na realização da Estratégia Local da Habitação, nomeadamente a consignação da empreitada de Requalificação do Edifício D. Maria II, ato que teve o prazer de presenciar, desejando que esta empreitada se realize no espaço e preço certos, não deixando de solicitar ao presidente da Câmara, total empenho na fiscalização, de forma a não acontecer o que é norma: mais tempo e, acima de tudo, mais dinheiro. Por último, e afim do executivo acompanhar todo o desenvolvimento da empreitada, solicitou que o técnico responsável pela gestão do caderno de encargos, apresente, em reunião de câmara, os relatórios produzidos, no âmbito da fiscalização da empreitada. -----

Continuou a sua intervenção solicitando, uma vez que as perguntas e respostas pedidas, acerca da empreitada da Casa das Artes de Esmoriz ainda não constavam das atas, a sua integração na ata da reunião de hoje. -----

Abordou, de seguida, um ponto que já tinha sido referido na reunião de câmara do dia quatro de abril p.p., que se prendia com a hipotética relação comercial entre a ENGASP – Eng. E Técnicas Afins, Lda – e a câmara, começando por agradecer a documentação solicitada, assim como as respostas dadas, às perguntas, por ele, formuladas e nas quais se incluía a negação da relação comercial com a ENGASP – Eng. E Técnicas Afins, Lda, empresa que tinha tido como administrador, até dois mil e treze, o antigo presidente da câmara, negação que lhe suscitou a seguinte pergunta: se não existe, tal como V^a Ex^a escreveu na resposta dada, nenhuma relação comercial, como se justificam, na Divisão Financeira, de 10 de out de 2012 a 8 de julho de 2013, os dezassete documentos presentes, pelo que, perante a dúvida instalada, solicitou ser informado do teor dos mesmos e das suas repercussões na contabilidade. -----

Terminou a sua intervenção, no que ao PAOD diz respeito, solicitando uma informação que se prendia com um loteamento na Av^a da Praia em Cortegaça, promovido pela Junta de Freguesia e com um comentário, intitulado “Tão amigos que nós éramos”, que se prendia com a crítica de um munícipe, que por acaso tinha sido mandatário da juventude do PSD, na última campanha eleitoral e condecorado, por relevantes serviços, pela câmara, ao estado lastimoso da rede viária, com buracos como piscinas, e da miserável limpeza e higiene urbanas, com ervas com metros de altura e pasto de carraças, referindo que os vereadores deveriam ir semear batatas. O vereador, agradeceu o convite, mas declinou-o



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

por não ter responsabilidades próprias e propôs à câmara que, fosse aproveitada a fama do referido munícipe e lhe fosse adjudicado, por ajuste direto simplificado um, no âmbito da promoção do território, um vídeo promocional que tivesse como cenário os referidos buracos das estradas, promovidos a piscinas municipais, e onde se banhavam esculturas modeladas, de biquíni reduzido, tendo como pano de fundo as majestosas ervas dos passeios, transformadas em pitorescas savanas, onde coabitavam exóticos animais. Desta forma teríamos um território de emoções e, fortes, concluiu.” -----

A senhora Vereadora Márcia Valinho fez a seguinte intervenção: -----

“Rotunda da Pousada da Juventude, continuam a ocorrer acidentes com frequência nesta zona. Quando está prevista a construção de uma rotunda para melhorar a segurança nesta área? -----

No Parque Urbano, os passeios e as pontes estão perigosos devido à falta de manutenção. Quando será realizada uma intervenção para resolver esta situação? -----

Depósito da Água, saudamos o início da manutenção. No entanto, é crucial garantir que a cor branca e a identidade visual de Ovar se mantenham intactas, para evitar que aconteça o mesmo que ocorreu com o Depósito do Furadouro. -----

Ovar é um destino turístico, como tal, é fundamental zelar pela segurança dos banhistas e antecipar a época banhar nas praias urbanas do Furadouro, Cortegaça e Esmoriz. Quais são as medidas previstas para garantir a segurança dos banhistas e preparar as praias para a época banhar? É possível fazer uma resenha da preparação da época banhar? ----

A Estação de Ovar encontra-se num estado de abandono. Na reunião que ocorreu com as infraestruturas de Portugal, onde foi debatida a localização das passagens desniveladas para peões, a requalificação da estação foi discutida ou mencionada? É premente resolver esta questão pois nada dignifica Ovar. -----

Sob o mote “a nossa terra merece autarcas competentes”, o cantor Fernando Daniel, lembro que foi mandatário da juventude da candidatura do PSD em 2021, fez um apelo público, num tom irónico, com o objetivo de resolução dos constrangimentos da rua e do passeio junto à antiga Pildrinha. Qual é a postura da CMO relativamente a esta questão? Vão reparar esta situação ou será ignorada? -----

Na zona envolvente da Ponte da Moita, estão contentores e caravanas numa área protegida. Que ações de dissuasão têm sido tomadas pela Câmara Municipal de Ovar? ----

Na Viela do Formigal, junto à Ponte Nova, devido à falta de manutenção e limpeza, está a formar-se uma lixeira a céu aberto. Quais medidas que serão tomadas para resolver esta questão e garantir a limpeza e conservação deste espaço público?” -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que com a consignação da empreitada relativa aos edifícios da D. Maria II, concretiza-se mais uma das obras previstas na Estratégia Local de Habitação, e relativamente à qual serão mantidos e melhorados os procedimentos que temos assumido até ao momento. -----

Relativamente à empresa mencionada pelo senhor Vereador Alcides Alves, irá solicitar aos serviços que efetuem buscas relativamente aos últimos 20 anos, uma vez que, segundo informação que lhe foi disponibilizada, nunca houve qualquer relação contratual do Município com a referida empresa.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

No que se refere ao pedido relativo ao loteamento efetuado pela Junta de Freguesia de Cortegaça, o mesmo foi objeto dos mesmos procedimentos inerentes a pedido análogos, tendo seguido os tramites normais para este tipo de processo. -----

Expressou a sua intenção de não tecer qualquer comentário sobre as posições publicamente assumidas pelo cidadão Fernando Daniel, realçando que a requalificação integral de todos os nossos arruamentos ascenderiam a cerca de 65 milhões de euros. No entanto, com os recursos e meios que temos disponíveis, temos feito um esforço para melhorar a qualidade da nossa rede viária. -----

No que respeita ao cruzamento junto da Pousada da Juventude, salientou que se trata de uma estrada nacional, não sendo da competência do Município. De facto, aquele cruzamento tem registado nos últimos anos um número significativo de acidentes, sendo que a Câmara Municipal já propôs, e disponibilizou-se, para construir uma rotunda naquele local, algo que ainda não foi possível concretizar. -----

No que concerne ao parque urbano, referiu que este é um parque natural, cuja manutenção é feita regularmente. -----

Relativamente à eventual antecipação da abertura da época balnear, referiu que esta decisão tem sempre um custo associado, sendo intenção da Câmara Municipal procurar melhorar os aspetos que foram identificados, face aos constrangimentos que irão existir na Praia do Furadouro. -----

O senhor Vereador António Bebian reafirmou que o processo relativo ao pedido de licenciamento de loteamento efetuado pela Junta de Freguesia de Cortegaça, decorreu com total normalidade, seguindo os procedimentos estabelecidos para este tipo de processo de licenciamento. -----

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, JURÍDICO E FINANCEIRO-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 4 DE ABRIL DE 2024. -----

***Deliberação nº 236/2024:* -----**

***Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata.* -----**

CARNAVAL DE OVAR 2024 – RELATÓRIO SÍNTESE DA DESPESA E RECEITA. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu nota da necessidade de retificar um valor no documento que foi distribuído, relativo ao total da receita, cujo valor correto é 673.673.151,59. -----

O senhor Vereador Alexandre Rosas felicitou os serviços pela elaboração deste relatório, de forma totalmente transparente, para apresentação das contas relativas à organização do Carnaval de Ovar de 2024. -----

Salientou que, se ao valor das despesas fossem retirados os 250 mil euros que representam os apoios concedidos aos grupos, o défice seria de cerca 150 mil, valor pouco significativo, tendo em conta a dimensão e importância do evento para o concelho e para a economia local. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

Salientou, também, o acréscimo de 7 mil euros nas despesas deste ano em relação ao ano anterior, resultante dos prémios atribuídos este ano aos grupos e escolas de samba.-----
 Referiu, ainda, a redução significativa dos custos relativos à programação, à logística, nomeadamente no que se refere à instalação de infraestruturas. Por outro lado, realçou a manutenção dos custos relativos à segurança. -----
 No que concerne à bilhética, nomeadamente à bilheteira online, salientou a melhoria do serviço e as suas vantagens, quer para os utilizadores, quer para a organização, apesar do aumento significativo dos custos associados a este serviço. -----
 No que se refere às receitas, realçou a diminuição das receitas da bilhética no Domingo, muito por culpa das condições climatéricas que se fizeram sentir, e um aumento da receita na terça feira, assim como do espaço folião. -----
 A *senhora Vereadora Márcia Valinho* realçou o facto de este relatório ter sido enviado sem necessidade de solicitação prévia, o que demonstra um avanço no processo de prestação de contas. -----
 Congratulou-se com esta mudança de atitude. -----
 Contudo, considerou que deveria ter sido incluído um quadro comparativo, pelo menos a três anos, com todos os itens que constam nas despesas e receitas, de forma a ser possível efetuar uma análise da evolução da despesa e da receita. -----
 No que diz respeito ao conteúdo do Relatório, destacou alguns aspetos importantes:-----
 O primeiro é que o Carnaval de Ovar de 2024 registou um aumento significativo na receita, com um crescimento de 15,4% em comparação com o ano anterior.-----
 No entanto, também se verificou um aumento de 14% na despesa. -----
 Apesar do valor económico, social e cultural que o Carnaval representa para Ovar, e que nunca pode ser posto em causa; é crucial e possível assegurar a sua sustentabilidade financeira, respeitando-se sempre a sua qualidade. -----
 Este evento ainda implica um comprometimento orçamental considerável, uma vez que se aproxima de meio Milhão de euros. -----
 Significando isto que a Receita apenas cobre cerca de 55% dos custos totais do evento. ---
 Este cenário levanta questões sobre a gestão dos recursos disponíveis e a eficácia das estratégias adotadas até ao momento. -----
 E porque reconhece a importância do Carnaval para o concelho, aconselhou uma análise cuidadosa das despesas, com o objetivo de identificar todas as oportunidades de redução de custos, assim como a maximização das receitas, sem descurar que o Carnaval de Ovar é um evento popular.-----
 Apontou, a título de exemplo, na rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, rubrica que representa a maior fatia dos custos - 869.088€ - custos que podem ser reduzidos, com um maior planeamento e menor recurso a ajustes diretos, que todos sabemos que oneram em cerca de 25% as aquisições de serviços. -----
 No que concerne à venda de bilhetes, mais concretamente à tipologia de peões, referiu que a informação enviada, é pouco esclarecedora e contraditória com a realidade. -----
 Foi contabilizada na bilhética, a presença de apenas pouco mais de 5680 pessoas no desfile noturno, de 10570 (6000 nas bancadas e 4397 peões) no Corso de domingo e no Corso de terça feira cerca 11366 pessoas (5347 nas bancadas e 6000 peões), totalizando cerca de 28 mil 616 visitantes nos três desfiles. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

Deste número somente 10 000 foram peões, o que estranha, face ao número avançado pela CMO, mas também à afluência constatada e aqui, neste órgão, realçada pelo vereador do pelouro: "Foi o Carnaval mais participado". Além disso, a comunicação social falou de perto de 50.000 assistentes. -----

Deve, então, ser efetuada uma análise mais detalhada para compreender estas discrepâncias. -----

Além disso, é importante salientar que a plataforma de bilhética BOL é onerosa, custando cerca de 31.563,58 euros. Compreende a sua importância no processo de aquisição dos bilhetes, mas considerou que é fundamental rentabilizar esta ferramenta. -----

Neste aspeto já referimos anteriormente, que a venda dos bilhetes de Carnaval, pode e deve ser incentivada como prémios e prendas de Natal. -----

Relativamente às receitas provenientes do Espaço Folião, é evidente um bom desempenho, mas ainda há margem para melhoramentos. -----

Sugeriu uma revisão das estratégias de venda de pulseiras e bilhetes, mas também da própria programação, visando aumentar a receita nesta área. -----

Conclui: acreditamos que é possível alcançar no Carnaval de 2025, uma diminuição de 10% nos gastos, ou seja cerca de 120.000€, que combinada com um aumento de 10% nas receitas, cerca de 67.000€, irá diminuir significativamente o défice financeiro. -----

Relembrou que a continuidade e o sucesso do Carnaval de Ovar dependem da adoção de medidas que promovam a sua sustentabilidade financeira a longo prazo. -----

Considerou que este evento é de grande importância para a comunidade, mas é necessário geri-lo de forma eficiente para alcançar a sua autossustentabilidade no futuro, sem nunca descuidar a qualidade do evento. -----

É desta forma que traduzimos visão em realidade. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que a Câmara Municipal tem vindo a implementar medidas e ações, não só para tornar o Carnaval de Ovar economicamente sustentável. Estas medidas têm sido positivas, sendo que as receitas já cobrem 60% das despesas. Mais referiu que, se às despesas se retirar o valor dos apoios aos grupos e escolas de samba, o valor a suportar pelo Município é pouco significativo, tendo em consideração a importância e dimensão do evento. -----

Deliberação nº 237/2024: -----

Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento e remeter o Relatório à Assembleia Municipal, também para conhecimento. -----

EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO ESMORIZTUR - ESMORIZ" - TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS/PROJETO DE EXECUÇÃO - RESPONSABILIDADE DA EQUIPA PROJETISTA - EXERCÍCIO DE DIREITO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA - PARECER JURÍDICO SOLICITADO E EMITIDO PELA CCDRC - DECISÃO FINAL. -----

O senhor Vereador Alcides Alves, começou por referir que aprovaria a proposta no sentido de responsabilizar o projetista - COTEFIS - Pelos erros e omissões do caderno de encargos/projeto de execução do edifício Esmoriztur no valor de 59.250€ + IVA (3 x o



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

preço contratual), não antes sem perguntar porquê, só agora, decorridos quase 4 anos, se toma esta decisão de obrigar a COTEFIS a indemnizar a Câmara e se aquando do pagamento do projeto já havia este diferendo. Manifestou também o seu espanto por o Executivo convidar para a realização de um segundo projeto da empreitada (mecânica de cena, condicionamento acústico e medidas de autoproteção), no montante de 48.000€, uma equipa que já tinha dado conhecimento da sua incompetência técnica.-----
 Referiu também que, em dezembro de dois mil e vinte, a Câmara já tinha assinado um contrato com a GOLDPROMISE, no valor de 46.000€, em cujo caderno de encargos falava de Medidas de Proteção do edifício, facto que lhe suscitava algumas dúvidas, uma vez que a Câmara assinou um contrato com a GOLDPROMISE para promover medidas de proteção do edifício e passados três meses, um mês apenas decorrido do término do prazo do contrato com a GOLDPROMISE, assina outro contrato com a COTEFIS para promover medidas de autoproteção do edifício. Questionou, então, o Presidente da Câmara Municipal acerca da diferenciação entre medidas de proteção, constantes do primeiro contrato com a GOLDPROMISE e medidas de autopromoção, integrantes do segundo contrato, outorgado com a COTEFIS.-----
 Terminou, dizendo que no contrato esta sub-rogação do empreiteiro no direito de indemnização que assiste ao dono da obra já está prevista, pelo que a sub-rogação proposta, v.g. esta indemnização, pela COTEFIS, de 59.250€ + IVA, no total de 72.877,50€ (até ao triplo do contrato), é no mínimo justa, pecando, apenas, por tardia. -----
O senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a Câmara Municipal não tem direito de retenção ou compensação, devendo efetuar os pagamentos devidos, podendo posteriormente, ser ressarcida do valor a que tiver direito. -----

Deliberação nº 238/2024: -----
Deliberado, por unanimidade, concordar com o teor da Informação nº 38/DAJF/SP, de 10.04.2024, e decidir nos termos das alíneas a), b), c) e d) das respetivas conclusões, que aqui se dão por integralmente reproduzidas, fundamentando e integrando e expressamente a deliberação. -----

EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO ESMORIZTUR – ESMORIZ – ALTERAÇÕES/CONCLUSÃO” – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DE 09.04.2024. -----

O senhor Vereador Alcides Alves referiu que aprovaria a ratificação do despacho supra, solicitando esclarecimentos acerca da conformidade da reconstrução do edifício Esmoriztur com o Plano de Pormenor da Av^a Draveill e perante a afirmação de que a obra realizada – aumento do palco – não cumpria o Plano de Pormenor, manifestou a sua estranheza, responsabilizando o executivo pelo futuro da empreitada. -----

Deliberação nº 239/2024: -----
Deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal, de 09.04.2024. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 01.02.2024 A 31.03.2024. -----

***Deliberação nº 240/2024:** -----
Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento e remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento. -----*

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE OVAR, SÃO JOÃO, ARADA E SÃO VICENTE DE PEREIRA JUSÃ E ÀS FREGUESIAS DE ESMORIZ, CORTEGAÇA, MACEDA E VÁLEGA, AO ABRIGO DO ARTIGO 25º, 1, J) DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL – ANO DE 2024. -----

***Deliberação nº 241/2024:** -----
Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta, nos termos e fundamentos constantes da informação nº 39/DAJF/SP, de 15.04.2024, e remetê-la à Assembleia Municipal. -----*

PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO INSTAURADOS NO PERÍODO DE 01.04.2024 A 09.04.2024 – PARA CONHECIMENTO. -----

***Deliberação nº 242/2024:** -----
Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento. -----*

DIVISÃO FINANCEIRA -----

INFORMAÇÃO RELATIVA À DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA FINANCEIRA - AUTORIZAÇÃO PARA LIQUIDAÇÃO DE DESPESA ORÇAMENTAL DE 28.03.2024 A 08.04.2024. -----

***Deliberação nº 243/2024:** -----
Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento e aprovar. -----*

INFORMAÇÃO RELATIVA ÀS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE OVAR, A 08 DE ABRIL DE 2024 – PARA CONHECIMENTO. -----

***Deliberação nº 244/2024:** -----
Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento. -----*

6ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - 2024 – PARA CONHECIMENTO. -----

***Deliberação nº 245/2024:** -----*



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento. -----

2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 2024 – PARA APROVAÇÃO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

Deliberação nº 246/2024: -----

Deliberado, por unanimidade aprovar a alteração orçamental modificativa e remetê-la à Assembleia Municipal. -----

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC`S), PARA O ANO LETIVO 2024/2025 – PARA APROVAÇÃO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO PLURIANUAL DA DESPESA E DO COMPROMISSO PLURIANUAL E SUA DISTRIBUIÇÃO, EM FUNÇÃO DA ADJUDICAÇÃO. -----

Deliberação nº 247/2024: -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter a Informação à Assembleia Municipal para emissão de autorização da repartição plurianual da despesa e do compromisso plurianual e a sua distribuição, em função da adjudicação. -----

EMPREITADA DE “CENTRO ESCUTISTA DO BUÇAQUINHO” – PARA APROVAÇÃO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO PLURIANUAL DA DESPESA E DO COMPROMISSO PLURIANUAL E SUA DISTRIBUIÇÃO, EM FUNÇÃO DA ADJUDICAÇÃO. -----

O senhor vereador Alcides Alves usou da palavra para solicitar esclarecimentos acerca desta empreitada que, face aos custos estimados, que são sempre maiores na prática, perto de setecentos e cinquenta mil euros, eram merecedores de respostas mais concretas. A primeira prendia-se com a propriedade, v.g., se o edifício – sede dos escuteiros – era da câmara ou não? E a segunda prendia-se com o seu uso, v.g., se era um equipamento só para as atividades escutistas ou se também poderia ser usado por outras instituições ou coletividades concelhias, uma vez que se construía em terreno público e com dinheiros públicos. -----

Deliberação nº 248/2024: -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter a Informação à Assembleia Municipal para emissão de autorização da repartição plurianual da despesa e do compromisso plurianual e a sua distribuição, em função da adjudicação. -----

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DE EDIFÍCIOS E EVENTOS MUNICIPAIS – 2024/2025” – PARA APROVAÇÃO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO PLURIANUAL DA DESPESA E DO COMPROMISSO PLURIANUAL E SUA



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

DISTRIBUIÇÃO, EM FUNÇÃO DA ADJUDICAÇÃO AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DE EDIFÍCIOS E EVENTOS MUNICIPAIS – 2024/2025. --

Deliberação nº 249/2024: -----
Deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter a Informação à Assembleia Municipal para emissão de autorização da repartição plurianual da despesa e do compromisso plurianual e a sua distribuição, em função da adjudicação.-----

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2023 E DEMAIS ANEXOS – PARA APROVAÇÃO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que foi objetivo da gestão autárquica no ano de 2023, manter a bandeira da coesão territorial, com um plano de investimentos o mais descentralizado e equitativo possível, por todas as freguesias, tendo em conta os equipamentos e infraestruturas existentes em cada uma das freguesias. -----

No âmbito da habitação, ressalta a execução da Estratégia Local de Habitação, com avanços muitos significativos nos vários projetos que a integram. -----

No ambiente, a aposta forte na sustentabilidade ambiental, com a implementação de vários projetos e ações, dos quais relevou o projeto de recolha de biorresíduos.-----

Na educação, salientou a requalificação de edifícios escolares, que se encontram envelhecidos, o financiamento dos agrupamentos de escolas, apesar de a Câmara Municipal assegurar muitas das competências por via de delegação de competências. ----

Na área cultural, salientou a dinâmica cultural, quer pela realização dos eventos tradicionais, como através da realização de novos eventos culturais, com especial atenção na promoção turística do concelho. -----

Na área da juventude, realçou a concretização de várias iniciativas e ações direcionadas para a juventude, em diversas áreas, nomeadamente, na área da orientação vocacional.---

Realçou ainda, que a Câmara Municipal assegurou os apoios às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do concelho, e às nossas associações, culturais, recreativas, desportivas, educativas e sociais. -----

Realçou, ainda, o significativo investimento na nova rede de transportes, que ainda não estando consolidada, tem vindo a ser implementada e melhorada. -----

Referiu as questões que suscitam maior preocupação e que irão merecer maior atenção, como sejam, a erosão costeira, a saúde e a requalificação de vias estruturantes, relativamente às quais irá continuar o diálogo com o Governo, com vista à sua execução. --

Relativamente à execução das GOP, considerou que esta é a segunda maior execução dos últimos 10 anos, atingindo uma taxa de execução de 80%. -----

No que se refere ao PPI, foi alcançada uma taxa de execução de 50% que, não sendo dos melhores anos, foi positiva. -----

No que respeita aos impostos diretos, referiu que se registou um aumento do valor global, muito por causa do aumento da Derrama, sendo que as receitas provenientes do IMI e do IUC se mantiveram e se registou uma redução das receitas do IMT. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

Relativamente a outras componentes da receita, destacou o aumento das receitas das transferências correntes e receitas dos resíduos sólidos, e vendas de bens de investimento. -----

No que respeita à despesa, salientou o aumento da despesa com pessoal, por força do aumento dos vencimentos e das valorizações salariais, assim como do aumento do salário mínimo. -----

Salientou que as despesas de investimento aumentaram 8% relativamente às do ano passado, na linha da média dos últimos 10 anos. -----

Realçou, também, que a capacidade de endividamento do Município é de cerca de 32 milhões de euros.-----

Considerou que o Município continua a ter boas contas, contas certas, com boa saúde financeira, que os indicadores não desmentem.-----

Expressou uma nota de agradecimento ao Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro e à Divisão Financeira, pela qualidade do relatório apresentado. -----

O senhor Vereador Alcides Alves fez a seguinte intervenção: -----

“Sr. Presidente da Câmara: -----

Permita-me que antes de entrar na análise objetiva do documento, felicite, a Dr.^a Zulmira Rodrigues, como responsável pelos serviços, assim como toda a Divisão Financeira da CMO, pela elaboração deste Relatório de Gestão e Contas do Município de Ovar – 2023 – documento que nos merece, e aqui englobo a vereadora Márcia, referência, porquanto é um documento que está expresso numa linguagem técnica, mas compreensível, que se apresenta muito bem estruturado, de fácil leitura, uma vez que as rubricas são todas acompanhadas de explicações pormenorizadas e acompanhadas de uma representação gráfica diversificada, com muitos quadros com análises comparativas da evolução e estrutura de gastos e proveitos, assim como, diagramas e tabelas dos rendimentos e património, Transferências e Subsídios Correntes Obtidos, pela CMO no ano de 2023, que nos permitem uma análise circunstanciada e coerente. -----

E fator também considerado, nesta análise, a entrega atempada do documento o que permite uma leitura reflexiva, propiciadora das considerações infra. -----

O nosso reconhecimento, por isso, à Divisão Financeira. -----

Antes ainda de entrar na análise do documento em apreço, uma pergunta: -----

O Tribunal de Contas não homologou a Conta de Gerência da CMO do ano de 2015. -----

Em novembro de 2017, foram detetadas irregularidades na emissão de faturas/notas de crédito no Serviço de Atendimento da Câmara Municipal de Ovar, que deram origem a Processo de Inquérito e posterior Processo Disciplinar instaurado a trabalhadora municipal.-----

Este processo traduziu-se na aplicação de sanção disciplinar de despedimento e obrigação de reposição nos cofres municipais da quantia de 67 239,87 euros.-----

Sabe-se que esta quantia ainda não entrou nos cofres municipais de forma a corresponderem os documentos com as verbas. -----

Pergunto: Este incumprimento, v.g., esta não entrada da verba em falta, tem reflexos neste Relatório de Gestão? Se sim, quais? -----

Entrando agora na análise do Relatório, começo esta minha intervenção por citar dois parágrafos da mensagem de V.^a Ex.^a ínsita neste Relatório de Gestão e Contas.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

Diz V^o Ex^a, no primeiro parágrafo, que “Nunca, como nestes dez últimos anos, houve uma tamanha preocupação em aumentar o nível de felicidade dos nossos concidadãos” para concluir: “O concelho é cada vez mais um território mais desenvolvido economicamente, mais sustentável ambientalmente, mais coeso geograficamente e mais inclusivo socialmente”. -----

Ora, se quanto à primeira premissa posso admitir a mera possibilidade de haver alguma preocupação – também seria desfaçatez um autarca não apresentar preocupação pelos problemas dos seus munícipes, mas como diz o povo, filosofia não enche barriga, pelo que não basta a preocupação – por parte do Executivo PSD, em aumentar, nestes últimos dez anos, a felicidade dos seus concidadãos, o facto é que é uma verdade factual, que ela não foi aumentada, porquanto o grau de insatisfação, por parte dos munícipes, com os serviços prestados pela edilidade a que V^a Ex^a, agora, preside, é público e notório. -----

Se os nossos munícipes esperavam e encontrar o caminho da felicidade, na nossa Câmara, podiam ter a certeza, pelo que nos foi dado a ver, quotidianamente, ao longo dos tempos, do qual o presente não foge à regra, que nunca a encontrariam, esbarrando mais depressa na infelicidade, tal era e continua a ser, o grau de morosidade na resolução dos seus problemas, na burocracia instalada e na inação dos serviços – talvez seja por esse motivo que V^a Ex^a, sr. Presidente da Câmara, vê na reestruturação do organograma da Câmara, com a implementação de uma Direção Municipal da Presidência e Controlo Normativo, num Diretor Executivo, a condição “sine qua non” para a erradicação destas moléstias públicas, em que na nossa câmara, “cada dia é uma vida inteira”, como diz o poeta, se vê enredada. -----

Pelo que precede, o caminho da felicidade não está, com certeza, na Câmara, porque esta o caminho que nos aponta é o caminho do Calvário, o de Caifás para Anás. -----

Quanto à segunda, a que refere que o concelho é cada vez mais um território mais desenvolvido economicamente, mais sustentável ambientalmente, mais coeso geograficamente e mais inclusivo socialmente”, também não estamos de acordo, sr. Presidente, porquanto a falta de incentivo ao desenvolvimento económico, está bem patente, na inação demonstrada na implementação das ZAEs que, decorridos dois anos de mandato, ainda se encontram apenas nas intenções; na sustentabilidade ambiental comprometida pela ausência da implementação de um verdadeiro Plano Estratégico, tipo magna carta, que trate (só recentemente foi aprovado o Regulamento Municipal do Ambiente), esta temática de uma forma holística, contemplando a pobreza energética de um número elevado de famílias e melhorando os índices de aproveitamento das energias limpas para que a neutralidade carbónica, tão propagandeada por Salvador Malheiro, seja uma realidade, nos próximos anos, que já não são muitos. -----

E quanto à coesão territorial, também estamos conversados quando analisamos o investimento nas freguesias onde, nas mais periférica – Arada – S.V. de Pereira – Válega – se verifica um investimento público envergonhado e onde o ontem é igual ao hoje. -----

Por último e quanto à inclusão social, onde é crescente, fruto da conjuntura económica, a pobreza e a exclusão, com um número crescente de famílias em situação económica precária, apesar, de ser é notório o esforço da Câmara, traduzido num maior apoio humano e financeiro às famílias – perto de 0,5M€ - e aqui relevo o sentido de solidariedade da



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

Vereadora Ana Cunha, ainda não o posso considerar suficiente para obviar a tantas dificuldades das famílias vareiras. -----

Deixando, agora, a análise política e passando à análise da contabilidade e do Relato Orçamental, a primeira evidência é que o Relatório de Gestão e Contas da CMO para o ano de 2023 assenta no maior orçamento de que há memória – 55,6M€ – mais 8,5M€, comparativamente ao ano anterior, por força da melhoria do comportamento da receita.

Uma Receita que por força das três alterações orçamentais modificativas, sendo a principal a introdução do saldo da gerência do exercício anterior – 8,4M – beneficiou de mais 8,6M€. -----

Basta atentar que no exercício económico de 2023, a Receita Cobrada Líquida foi de 54,8M€, numa taxa de execução de 98,4%, mais 22,2% comparativamente a 2022, significando isto mais 10M€. -----

Portanto a mantra: não se fazem omeletes sem ovos, muito propiciadora do não fazer e filha da inação, neste caso, não colhe, porque ovos, houve e com fartura. -----

Não houve foi as omeletes necessárias e possíveis. -----

E de onde vieram os ovos? Vieram, fundamentalmente, de duas galinhas e estas de ovos de ouro. -----

A primeira denomina-se Impostos Diretos com uma receita cobrada líquida de 16,1M€, numa taxa de execução superior a 100%, mais propriamente 109,86%, mais 2,6M€, apresentando a rubrica uma variação da receita cobrada de +19,5%, provando como a Câmara é exímia na cobrança de impostos. -----

Os Impostos Diretos já pesam 29,5% da Receita Corrente que se cifrou no Orçamento Final em 35,9M€ -----

Neste aumento da cobrança dos Impostos Diretos – IMI (8,1M€) Derrama (3,2M€) e IUC (1,6M€) e no indireto IMT (3,2M€) e aqui abro um parênteses para chamar a atenção para a análise comparativa que nos relata que este imposto, como ícone de dinamismo económico, e menino bonito de Salvador Malheiro, que, por força de melhor argumentário, quando queria puxar, para cima, a dinâmica concelhia, o chamava à colação, no ano 2023, diminuiu 800.000€, dizia eu que neste aumento de impostos, enquadrava-se, se a consciência social prevalecesse, perfeitamente, a benevolência da proposta dos vereadores da oposição, em diminuir alguns dos impostos, com particular enfoque no IMI, e na Taxa de Comparticipação do IRS (1,2M€), sendo o primeiro diminuído 0,2% passando de 0,35% para 0,33%, com perda de cerca de 0,5M€, e no âmbito das Transferências Correntes a diminuição de um ponto percentual na comparticipação do IRS com perda de 120.000€ para a Câmara, mas com claros benefícios para as famílias, atendendo à subida de juros e inflação. -----

Como se pode ver, agora – o futuro é o melhor juiz – esta proposta era perfeitamente aceitável e em nada comprometia o investimento e os compromissos assumidos, para tal basta atentar no quadro 27 deste Relatório, onde todos indicadores de liquidez – Geral, Reduzida e Imediata – da Câmara são superiores a 1 o que prova que teria sempre capacidade para satisfazer as suas necessidades. -----

O que não houve foi, por parte do PSD, vontade política. -----

Aqui, a ideia de que temos a menor taxa de impostos de sempre é verdadeira, mas isto não nos inibe de dizer que não temos ainda a aceitável e possível, porquanto ainda



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

estamos muito longe da neutralidade fiscal, principalmente ao nível da Comparticipação no IRS e no IMI, já praticada por um número muito significativo de municípios, de que Águeda, na CIRA, é um bom exemplo. -----

Para que se tenha uma ideia do peso dos impostos, taxas e contribuições na totalidade dos rendimentos da Câmara no exercício de 2023, ele é de 45% no montante global de 19,1M€, mais 2,1M€ que no ano passado. -----

Também não é despreciando, nesta análise, o montante arrecadado na segunda rubrica das Receitas Correntes, isto é, nas Transferências Correntes, com uma receita cobrada líquida de 13,8M€ e com uma taxa de execução de 100%, num acréscimo, comparativamente ao ano transato de +1M€ - mais 7,7%. -----

Nestas Transferências Correntes enquadram-se as verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (4,8M€), do Fundo Social Municipal (1,1M€), a participação no IRS (1,2M€), a comparticipação Comunitária em Projetos Cofinanciados (699.000€), o IVA (245.000€), e as Transferências de Competências nas áreas da Educação e Ação Social (5,3M€), querendo dizer o Governo da República, socialista, que a descentralização de competências é o caminho. -----

Se pensarmos, agora, em termos de Receitas de Capital o Relatório demonstra-nos que a Receita Cobrada Líquida foi de 8,8M€, 78,7% do Orçamento final e com uma variação comparativamente ao ano de 2022, de 257,5%, v.g. + 6,3M€. -----

Nas Transferências de Capital, uma Receita Cobrada Líquida de cerca de 7M€, 75% do orçamentado, numa variação da Receita, comparativamente a 2022, de mais 198%, V.g. + 4,7M€. -----

Se considerarmos que a somar a todos os aumentos supracitados, ainda acrescentamos as Vendas de Bens de Investimento com uma Receita Cobrada Líquida de 1,5M€ (venda do terreno à Flex 2000) subiu mais de 500%; e as Vendas de Bens e Prestação de Serviços Correntes - 4,3M€ - num acréscimo de 2,8M€ e com uma taxa de execução de mais de 100%, ficamos com a noção concreta que estavam reunidas todas as condições financeiras para que nas GOPs - no PPI e nas Atividades mais relevantes - pudéssemos, com a maior naturalidade, encontrar taxas de execução nas diferentes rubricas, excelentes, facto que não se verifica, muito por culpa das Despesas Correntes que já atingem percentagens preocupantes - 75,78% das despesas pagas em 2023 - despesas, que serão objeto, mais à frente, de análise circunstanciada - e comprometedoras do investimento num futuro próximo. -----

Basta ver que os compromissos plurianuais assumidos já são na ordem aproximada de 8M€ (7,7M€), com tendências a aumentar todos os anos, como é exemplo o ano em análise, em que aumentaram cerca de 950.000€, comparativamente ao ano anterior e a dívida Total da Câmara é de 6,5M€. -----

Nas Despesas o Relatório de Gestão também nos diz que o seu grau de execução se fixou, em 2023, em 81,68%, comparativamente à despesa dotada final, significando isto que a Câmara é melhor a receber que a pagar. -----

A Despesa Corrente com uma taxa de execução de 96,7%, e com apetite pela subida, é já a componente com maior expressividade na Despesa orçamentada - 35,6M€ - 75,78% das Despesas - tendo ascendido a 34,4M€, numa variação de mais 25%. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

Quer isto dizer, colocado em números, que a despesa paga em 2023 foi 25% maior que em 2022, porquanto em 2022 foram pagos 27,4M€ e em 2023 já foram pagos 34,4M€, aumentando-se a despesa corrente em 7M€. -----

Na desagregação das Despesas Correntes o Relatório identifica-nos as rubricas responsáveis pelas despesas supra. -----

São elas: as Aquisições de Bens e Serviços – 35,1% - as Despesas com Pessoal – 30,3% - e as Transferências Correntes com 9,4%. -----

Assim, os gastos com a Aquisição de Bens e Serviços já é de 15,9M€, sendo os gastos com a Aquisição de Bens na ordem dos 3,1M€ e com a aquisição dos Serviços 12,8M€. -----

Pondo em linguagem popular: cada vez temos mais pessoal e cada vez trabalhamos menos, pois cada vez mais se recorre ao trabalho dos outros. -----

Mas o mais caricato é que estes gastos consideráveis não querem, obrigatoriamente, significar eficiência. -----

Só a título de exemplo, a Câmara gastou, em 2023, com a Limpeza urbana, banear e higiene pública 4,2M€ - 27% das Despesas Correntes - e estes gastos não se refletiram no serviço prestado, pois e nós já aqui criticámos várias vezes este serviço e ele tem sido objeto de várias reclamações dos munícipes. -----

O mesmo se passando na rubrica Outros Bens e Serviços – 3,6M€ - 23% - gastos, também, com visibilidade pública inversamente proporcional aos gastos tidos. -----

As Despesas com Pessoal – despesa que pela sua natureza dinâmica tem tendência a aumentar significativamente todos os anos - que em 2023 atingiu 13,8M€ - 30,3% das Despesas Correntes - subiu 1,8M€, numa variação comparativamente ao ano anterior de 15%. -----

Mas, como, ainda não chegámos ao inferno, Registo, como positivo, que nestas despesas correntes, na rubrica Transferências Correntes, dotadas com 4,1M€, como despesa paga, apareçam 2M€ para as instituições sem fins lucrativos, os 510.000€ para o apoio às famílias e 1M€ para as freguesias, assim como os pagamentos, uma vez que em 2023, os totais da despesa paga foram superiores aos de 2022, ascendendo a 45,4M€ e traduzindo um crescimento de 25,19%, 9,1M€. -----

As despesas de capital, as que geram mais valias, orçadas em 20M€, com apenas 11M€ pagos em 2023, 54,9% de taxa de execução, v.g. menos cerca de 9M€ não investidos (e abro aqui um parênteses para perguntar se estes 10 M€ orçamentados fossem, por força de maior empenho e eficiência do executivo em regime de permanência, investidos será que não teríamos, melhor rede viária, o património mais respeitado, mais cultura, mais associativismo e, acima de tudo mais solidariedade, refletida no apoio a mais famílias carenciadas?. Deixo a questão.) Dizia eu que as despesas de capital, as que refletem dinâmica, empenho e mesmo saber, persistem em constituir-se como a rubrica com menor taxa de execução, deste Relatório de Gestão, representando a rubrica Aquisição de Bens de Capital apenas, 18,5% da estrutura das despesas e sendo a componente com maior peso relativo nas despesas de capital pagas. -----

Por último e antes de abordar as GOPS – PPI e Atividades Mais Relevantes chamar a atenção que o executivo PSD continua a desrespeitar as orientações do Tribunal de Contas, apresentando, como nos dizem as Demonstrações de Resultados no exercício de 2023, um Resultado Líquido do Exercício, Negativo, de cerca de 3,6M€, querendo isto



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

dizer que os Gastos, 46M€, foram superiores, em 3,6M€, aos Proveitos que foram 42,5M€ e, negativo também, em cerca de 2,6M€, o Resultado Operacional, indicando estes sinais um alerta e deixar uma pergunta: -----

Que medida concreta pretende encetar o Executivo para receber os cerca de 1M€ em dívida por parte de clientes, contribuintes utentes, constantes do Quadro Contas a Receber. -----

Entrando agora nas das GOPS e na sua execução global o documento diz-nos que a sua taxa de execução é 81%, querendo isto significar que do Orçamento Final de 55,6M€ se pagaram apenas 45,4M€ -----

Desta forma o PPI que inclui todos os projetos e ações que implicam investimento e onde se incluem 70% das GOPS, apresenta, no que às despesas pagas diz respeito, uma taxa de execução de 81%, cabendo às Atividades mais relevantes – as que incluem projetos e ações de natureza corrente a realizar no ano em análise e seguintes apenas 19% das despesas pagas. -----

A distribuição da despesa por rubrica demonstra-nos que na rubrica Candidaturas e mais especificamente na rubrica IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - rubrica que para nós é de importância capital, e que apresentava um orçamento de 4,4M€, a taxa de execução (o chamado tira teimas da discussão política) foi, apenas de 21%, metade da do ano passado, querendo isto dizer que a despesa paga, em 2023, foi apenas de 966.000€ num universo possível de 4,4M€. -----

Tanto mais que a rubrica Habitação no quadro dos gastos e rendimentos tem superavit, porquanto apresenta como gastos 580.000€ e como rendimentos 12,6M€, podendo, por isso, ter investido mais 12M€, houvesse arte e engenho. -----

Se tivermos em consideração a janela temporal do 1º Direito e o volume de obra que implica, sem desconhecermos o país em que é tudo para amanhã o que pode ser feito hoje, ficamos com a exata noção que, ou unimos todos esforços congregando vontades ou vamos chegar ao fim do programa com a maior parte das casas sem portas e sem janelas, e aqui sr. Presidente a responsabilidade será de Vª Exª. -----

Não faça a Câmara, hoje, com o 1º Direito o que Portugal fez, no séc XVIII com o ouro do Brasil, que de milhares de baús de ouro, recebidos, ficámos sem ouro e sem os baús e no sec. XXI, com o PRR, que decorrido metade do tempo do Programa apenas se efetivaram 19%. dos recebimentos. -----

No que concerne a outras candidaturas, e chamo a atenção que, no passado, foram as candidaturas o motor do desenvolvimento concelhio, porquanto todos sabemos que o erário municipal é castrador de investimentos estruturais a taxa de realização também é envergonhada, na ordem dos 30% v.g. de 1,6M€ orçamentados apenas se pagaram 496.000€. -----

Como este documento é amigo da verdade, a verdade que ele nos mostra é que no que a esta rubrica diz respeito, é muito menos o que está feito que o que está por fazer. -----

Outra rubrica que não orgulhará o executivo PSD, uma vez que é sempre referido de “fato e gravata”, é o orçamento participativo, também parente pobre deste Relatório, pois não é considerado orçamentalmente – pouco mais de 100.000€ – e discriminado na sua realização – 29% – com despesa paga de pouco mais de 30.000€, facto que me leva a afirmar que ele pode ser participativo, só não é orçamento. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

E não é despicienda a taxa de execução de 52%, reveladora da falta de dinamismo do Executivo da rubrica Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico, dotada orçamentalmente com pouco mais 3.000€, num município de forte concorrência comercial, em que a diplomacia económica se reveste de capital importância como forma de atrair investimento. -----

Na rubrica de Projetos e Obras Municipais onde se inclui a Rede Viária, quanto a mim, uma componente a precisar de outra dinâmica, pois são imensas as vias, em todo o concelho, em completo estado de degradação, a taxa de realização também não me satisfaz – 64% – significando esta taxa que dos 4,1M€ orçamentados apenas foram pagos – o que significa obra feita – 2,7M€, ficando por investir perto de 1,5M€, situação que me leva a reiterar a pergunta: como estaria a nossa rede viária se nela se tivesse investido este dinheiro? Muito melhor, com certeza para felicidade de suspensões e pneus e infelicidade das garagens e dos mecânicos concelhios. -----

E o nível de felicidade dos autarcas de freguesia ao verem que as obras pretendidas e inscritas nas GOPS foram realizadas?-----

Refira-se que já no ano passado a taxa foi de 44%. -----

Na rubrica Desenvolvimento Social e Saúde, encontramos taxas de realização da despesa mais simpáticas, mas mesmo assim ainda insuficientes para fazer face às necessidades das famílias vareiras, que fruto de circunstâncias excecionais – inflação e taxas de juro – viram a sua vida mais complicada, tendo sentido a necessidade de recorrer aos serviços sociais do município. -----

Do orçamentado – 1,6M€ – pouco mais se pagou que 1M€. -----

Na Cultura (5,6% do Orçamento) e na Educação (10,3% do Orçamento) – as taxas das sub-rubrica edifícios escolares -53% e Instalações e Equipamentos desportivos – 59% são a exceção) registamos taxas superiores a 84%, estas sim, mais consentâneas com o meu modo de pensar o desenvolvimento concelhio, apesar de considera que os orçamentos destas componentes da despesa ainda não me satisfazem. -----

Em resumo, este relatório de Gestão e Contas da CMO para o ano de 2023, revela a quem o ler que o que falta fazer para termos um concelho para todos e para cada um, é incomensuravelmente maior que o que está feito e que se não mudarmos de bitola, fazendo mais em cada ano, continuaremos a ter a linha do Norte em vez da de alta velocidade.”-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal realçou que todos estão de acordo em como o Município tem boas contas e boa saúde financeira. -----

Mais relevou que as receitas aumentaram, como a despesa aumentou, e nunca tivemos os impostos tão baixos como atualmente, nem taxas de execução tão altas como as que temos obtido nos últimos anos. -----

No que se refere ao Tribunal de Contas, salientou que a situação está devidamente relatada. -----

Os senhores Vereadores eleitos na lista do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

Os vereadores eleitos nas Listas do Partido Socialista votam contra o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2023 da Câmara Municipal de Ovar, com os fundamentos constantes da ata." -----

Deliberação nº 250/2024: -----
Deliberado, por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores eleitos pela lista do Partido Socialista, aprovar o relatório de gestão e contas de 2023 e demais documentos anexos e efetuar a sua remessa à Assembleia Municipal. -----

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar os seguintes dados: -----

Balanço (BLC): -----

- Total do Ativo: 168 760 721,59 euros; -----

- Total do Património líquido: 146 452 706,00 euros; -----

- Total do Passivo: 17 407 817,95 euros; -----

- Total do Património Líquido e Passivo: 168 760 721,59 euros. -----

Demonstração dos Resultados (DR):-----

- Rendimentos: 42 526 792,89 euros; -----

- Gastos: 46 172 116,13 euros. -----

Resultado Líquido do Exercício (RLE): -3 645 323,24 euros.-----

Demonstração dos Fluxos Caixa (DFC): -----

- Recebimentos: 46 310 343,21 euros (não inclui saldo de gerência); -----

- Pagamentos: 45 467 196,50 euros. -----

Demonstração do Desempenho Orçamental (DDO): -----

- Recebimentos: 54 805 350,54 euros (inclui o saldo de gerência anterior); -----

- Pagamentos: 45 467 196,50 euros. -----

Desempenho Orçamental (de operações orçamentais e de operações de tesouraria): --

- Desempenho Orçamental da Despesa: saldos iniciais = 55 668 425,61 euros; saldos finais = 45 467 196,50 euros;-----

- Desempenho Orçamental da Receita: saldos iniciais = 55 668 425,61 euros; saldos finais = 54 805 350,54 euros; -----

- Operações de Tesouraria: saldos iniciais = 1 642 491,58 euros; saldos finais = 1 676 152,04 euros. -----

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS-----

1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2024. -----

Deliberação nº 251/2024:-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal 2024 e remetê-la à Assembleia Municipal. -----

PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL E JÚRI PARA PROVIMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO SUPERIOR DE 1º GRAU DA DIREÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

MUNICIPAL DA PRESIDÊNCIA E CONTROLO NORMATIVO – PARA APROVAÇÃO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

O senhor Vereador Alcides Alves referiu que sem por em causa os méritos e a integridade pessoal dos elementos do júri propostos – Dr. Domingos Silva, Eng.º Braga da Cruz e Dr. José Eduardo Matos – pelo Presidente da Câmara Municipal, para assegurar um direito que todos os concorrentes têm à imparcialidade, o recrutamento deveria ser efetuado entre personalidades do meio académico e da gestão, como refere o Art.º 13º da Lei Nº 49/2012 de 29 de agosto, não comprometidos com a Câmara Municipal, nem com o PSD, até porque são provimentos por comissões de serviço e o mandato autárquico terminará em 2025, não se sabendo, por isso, a quem este Diretor Municipal iria servir, pelo que, por entender que o direito de imparcialidade não está garantido a todos os opositores do concurso, votará contra. -----

A senhora Vereadora Márcia Valinho considerou que a composição do júri proposto levanta sérias dúvidas quanto à sua imparcialidade. Ao ser composto por três figuras do PSD, falta-lhe a diversidade necessária para garantir uma avaliação justa e equitativa dos candidatos. O júri deve ser dotado de membros reconhecidos pelo seu mérito e competência em áreas relevantes, como a gestão e o direito, mas também com ligações a instituições académicas de renome. Em última análise, deveriam ser selecionadas pessoas independentes, que não estejam diretamente ligadas a interesses partidários, garantindo assim a transparência, a idoneidade e a integridade do processo. -----

Voltou a questionar: -----
 “Faz sentido criar este cargo, especialmente, quando nos encontramos a ano e meio do final do mandato?” -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que o júri proposto é considerado competente e capaz de escolher o diretor de divisão municipal. -----
 Mais referiu que esta não é uma designação partidária, é um concurso público para escolha de um profissional qualificado. Mais referiu que as personalidades indicadas exercem cargos públicos, e não o foram pela sua filiação partidária. -----

Deliberação nº 252/2024: -----
Deliberado, por maioria, com o voto contra dos senhores Vereadores do Partido Socialista, aprovar a abertura do procedimento concursal e a composição do júri e efetuar a remessa à Assembleia Municipal, para designar o júri, nos termos da proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, de 10.04.2024. -----

PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO INCERTO PARA RECRUTAMENTO DE 4 TÉCNICOS SUPERIORES, NAS ÁREAS DE SERVIÇO SOCIAL, SOCIOLOGIA, ESTATÍSTICA E PLANEAMENTO E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, DO SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA RADAR. -----

Deliberação nº 253/2024: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

Deliberado, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento concursal, nos termos da Informação nº 9294, de 19.03.2023, da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde. -----

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SAÚDE -----

11 PROPOSTAS DE ATRIBUIÇÃO DE PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS DE CARÁTER EVENTUAL, NO ÂMBITO DO SAAS DE OVAR - PROCESSO Nº 2024/650.10.103/47 - PARA APROVAÇÃO. -----

Deliberação nº 254/2024: -----
Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de 11 prestações pecuniárias de caráter eventual, no âmbito do SAAS, nos termos e com os fundamentos da Informação nº 12322, de 09.04.2024. -----

PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO EDUCATIVO - PROCESSO Nº 2024/650.10.103/40. -----

Deliberação nº 255/2024: -----
Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta, nos termos e com os fundamentos da Informação nº 11701, de 08.04.2024. -----

NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO DE APROVAÇÃO DA CANDIDATURA Nº PRR-RE-C03-101-07-00253 AO PROGRAMA RADAR SOCIAL - PARA CONHECIMENTO. -----

Deliberação nº 256/2024: -----
Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento. -----

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO -----

"18ª EDIÇÃO UNIVERSIDADE JÚNIOR - UNIVERSIDADE DO PORTO" - APOIO À PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS DO CONCELHO DE OVAR. -----

Deliberação nº 257/2024: -----
Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta, nos termos e com os fundamentos constantes da Informação nº 12396, de 10.04.2024, da Divisão de Educação. -----

DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO -----

PROPOSTA DE CEDÊNCIA DO CENTRO DE ARTE DE OVAR, AO ROTARY CLUB DE OVAR, PARA A REALIZAÇÃO DE GALA SOLIDÁRIA. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

Deliberação nº 258/2024: -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta, nos termos e com os fundamentos constantes das Informações nºs 10005, de 22.03.2024, da Divisão da Cultura e Desporto e 11015, de 02.04.2024, do Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro.-----

APOIO À A.D.O. BASQUETEBOL DA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA OVARENSE A DESLOCAÇÕES CONTINENTE-TAÇA NACIONAL SUB 18 FEMININOS – GUARDA E TORNEIO INTER-ASSOCIAÇÕES SUB 14 MASCULINO – VILA REAL

Deliberação nº 259/2024: -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta, nos termos da informação nº 10223, de 25.03.2023, da Divisão de Cultura e Desporto.-----

DIVISÃO DE PROJETOS E OBRAS MUNICIPAIS-----

ABERTURA DE PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO, REFERENTES À EXECUÇÃO DE VÁRIOS ARRUAMENTOS. -----

Deliberação nº 260/2024: -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta e a abertura de período de discussão pública, nos termos e com os fundamentos constantes das Informações nº 11232, de 03.04.2024, da Divisão de Projetos e Obras Municipais e de 09.04.2024, da Diretora de Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro nela exarada. -----

DIVISÃO DE URBANISMO E PLANEAMENTO-----

PROPOSTA DE ESTUDO DE ALINHAMENTOS PARA A RUA DA RELVA, EM MACEDA.

Deliberação nº 261/2024: -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta, nos termos da Informação de 25.03.2024 e documentos anexos, da Divisão de Urbanismo e Planeamento. -----

PLANO DE PORMENOR A SUL DA AVENIDA DOS CORREIOS, EM ESMORIZ – PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DO PLANO E INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA. -----

O *senhor Vereador Alcides Alves* sobre o assunto em epígrafe, referiu que o Plano em análise, não era, na sua opinião, um fracasso, era apenas uma das 10.000 maneiras camarárias que não funcionam, como se ouvia por aí, pelo que a revogação do Plano de Pormenor a sul da Av. ^a dos Correios em Esmoriz só pecava por tardia, pois o Plano de Pormenor nada tinha produzido em termos urbanísticos, tendo sido, inclusive, altamente



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

pernicioso para o desenvolvimento do centro da cidade. Acrescentou, referindo que este Plano só nasceu para dar suporte legal a uma ilegalidade, uma vez que o edifício – gaveto da Av. ^a 29 de março com a Av. ^a dos Correios não cumpria, minimamente o PDM e como tal “queimava” nas mãos do executivo da época. Concluiu, dizendo que o planeamento nunca fez escola na Câmara Municipal e tudo o que tem sido feito – Planos de Pormenor e Planos de Urbanização – são concebidos, não para tratar urbanisticamente os espaços públicos, dando-lhe coerência e perspetiva futura, mas para regularizar situações incumpridores do PDM e referiu o Plano de Pormenor da Av^a Drapeill, também em Esmoriz. Concluiu a sua intervenção perguntando o que pretendia fazer o executivo, em permanência, com aqueles seis hectares e meio, onde se inscreviam 42 propriedades, entre as quais se incluíam unidades industriais, não bastando, para assegurar o desenvolvimento, revogar o que estava feito. Era preciso muito mais. Era preciso pensar de novo o espaço e conceber um novo instrumento de gestão territorial que, com conhecimento e sabedoria, assegurasse o seu futuro, como espaço privilegiado da cidade de Esmoriz. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que a Câmara Municipal pretende uma nova abordagem para aquele espaço, e é ao Município que compete ter a iniciativa do planeamento urbanístico.-----

Deliberação nº 262/2024: -----
Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta nos termos e com fundamentos constantes da Informação de 02.04.2024, da Divisão de Urbanismo e Planeamento e documentos anexos e proceder nos termos das alíneas a), b) e c) da referida Informação, que integram expressamente a presente deliberação. -----

INFORMAÇÃO RELATIVA À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA GESTÃO URBANÍSTICA. -----

Deliberação nº 263/2024: -----
Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento e aprovar. -----

DELIBERAÇÕES: -----

As deliberações foram aprovadas em minuta no final da reunião, nos termos do nº 3 do artº 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

ENCERRAMENTO:-----

E como nada mais havia a tratar pelo Presidente foi encerrada a reunião, pelas 12,41 horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos presentes, e por mim, Susana Cristina Teixeira Pinto, Diretora do Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro, que a secretariei.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR
